

# **DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**



## **CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF INCLUDING CHILDREN WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

**DÉBORA MOURA RAMOS**

Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho em 2019; Especialista em Alfabetização e Letramento, Educação Inclusiva pela Faculdade Campos Elíseos em 2020 e 2023, Especialista em Neurociência e Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Conectada – Faconnect em 2021. Tecnologa em Radiologia Médica pela Universidade Nove de Julho em 2009.

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades da inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil, à luz de uma prática pedagógica inclusiva e crítica. Partindo do pressuposto de que a escola deve acolher a diversidade e promover uma aprendizagem significativa para todos, o estudo discute, inicialmente, os principais conceitos que envolvem a deficiência intelectual nesse segmento de ensino. Em seguida, analisa os entraves enfrentados por professores no cotidiano escolar, como a falta de formação adequada, a ausência de apoio institucional e as barreiras pedagógicas e atitudinais. Por outro lado, também são exploradas as possibilidades de superação desses obstáculos, com destaque para o uso de metodologias lúdicas e inclusivas, a importância da formação continuada, a atuação colaborativa entre educadores e profissionais do AEE, bem como o envolvimento das famílias no processo educativo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com base em revisão de literatura de autores brasileiros contemporâneos. Conclui-se que a inclusão de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil exige compromisso ético, planejamento intencional, formação crítica e práticas pedagógicas sensíveis às necessidades de cada criança.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Inclusão escolar; Deficiência intelectual; Prática pedagógica; Formação docente.

## ABSTRACT

This article aims to reflect on the challenges and possibilities of including children with intellectual disabilities in early childhood education, in light of an inclusive and critical pedagogical practice. Starting from the premise that the school should embrace diversity and promote meaningful learning for all, the study initially discusses the main concepts involving intellectual disability in this segment of education. Then, it analyzes the obstacles faced by teachers in their daily school life, such as the lack of adequate training, the absence of institutional support, and pedagogical and attitudinal barriers. On the other hand, it also explores the possibilities of overcoming these obstacles, highlighting the use of playful and inclusive methodologies, the importance of continuing education, collaborative work between educators and special education professionals, as well as the involvement of families in the educational process. This is a qualitative research based on a literature review of contemporary Brazilian authors. It is concluded that the inclusion of children with intellectual disabilities in early childhood education requires ethical commitment, intentional planning, critical training, and pedagogical practices sensitive to the needs of each child.

**Keywords:** Early Childhood Education; School inclusion; Intellectual disability; Pedagogical practice; Teacher training.

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil tem sido, nas últimas décadas, alvo de políticas públicas e debates pedagógicos que buscam garantir o direito à educação para todos. Contudo, mesmo diante de avanços legislativos, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, persistem obstáculos significativos no cotidiano das escolas, especialmente no que diz respeito à formação docente, aos recursos didáticos e às adaptações curriculares. A realidade concreta nas salas de aula ainda apresenta lacunas entre o que é proposto pela legislação e o que se efetiva na prática.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar os principais desafios e possibilidades vivenciados por professores da Educação Infantil no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual. Como objetivos específicos, busca-se: (1) identificar as práticas pedagógicas utilizadas por educadores; (2) compreender as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão; e (3) apontar estratégias e recursos que favoreçam a participação efetiva dos alunos no ambiente escolar.

A justificativa para este estudo fundamenta-se na necessidade de refletir criticamente sobre o papel da escola e dos educadores diante da diversidade presente nas salas de aula. Ao reconhecer a deficiência intelectual como parte da constituição humana, urge discutir formas de promover uma

educação de qualidade, equitativa e acessível desde os primeiros anos escolares. Assim, o estudo contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas e para o fortalecimento de uma cultura escolar mais sensível às diferenças.

Dessa forma, o artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se um resgate conceitual sobre a deficiência intelectual e os fundamentos da educação inclusiva; em seguida, discute-se o papel do professor e os desafios enfrentados no ambiente escolar; por fim, são apontadas possibilidades e estratégias que colaboram para a construção de uma prática pedagógica mais inclusiva e transformadora.

## A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil é uma questão que envolve não apenas aspectos pedagógicos, mas também éticos, sociais e legais. Considerando que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, é nesse período que se estabelecem as bases para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Assim, assegurar o direito à educação de crianças com deficiência intelectual nesse segmento é promover igualdade de oportunidades desde os primeiros anos de vida escolar.

A deficiência intelectual é definida por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressos nas habilidades conceituais, sociais e práticas. Essas características afetam o modo como o indivíduo comprehende o mundo, interage socialmente e lida com tarefas cotidianas. De acordo com a Associação Americana de Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento (AAIDD), tais limitações surgem durante o período do desenvolvimento, geralmente antes dos 18 anos (AAIDD, 2010).

No Brasil, a legislação educacional respalda a inclusão por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esses marcos legais garantem o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas.

Entretanto, apesar do amparo legal, a inclusão de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil ainda apresenta entraves significativos. Marques e Siqueira (2021) afirmam que a ausência de formação adequada dos professores e a carência de recursos pedagógicos específicos contribuem para a exclusão velada desses alunos, que muitas vezes permanecem nas salas de aula sem participação efetiva nas atividades.

A dificuldade de identificação precoce da deficiência intelectual é um dos primeiros obstáculos enfrentados no contexto da Educação Infantil. Isso ocorre, em parte, porque as manifestações da deficiência nem sempre são evidentes nessa faixa etária. Conforme destacam Pereira e Gomes (2020), é necessário que os profissionais da Educação Infantil estejam capacitados para reconhecer sinais de atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e encaminhar adequadamente para avaliação multiprofissional.

Outro ponto crítico é a adaptação curricular. A proposta pedagógica da Educação Infantil, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, deve ser centrada na brincadeira, na interação e na exploração do ambiente. No entanto, como observam Mendes e Oliveira (2022), muitas escolas ainda adotam práticas escolares rigidamente estruturadas, com foco em alfabetização precoce e atividades padronizadas, o que dificulta o atendimento às especificidades das crianças com deficiência intelectual.

É fundamental compreender que inclusão não significa apenas permitir o acesso físico à escola, mas assegurar o direito à aprendizagem significativa e ao desenvolvimento integral. A esse respeito, Ferreira e Costa (2023) ressaltam a importância da escuta ativa e da valorização das experiências das crianças, como estratégia para fomentar sua autonomia e protagonismo no processo educativo.

A atuação do professor da Educação Infantil é central nesse processo. Para além do domínio técnico, é necessário que o educador possua sensibilidade, empatia e compromisso ético com a inclusão. Como apontam Silva e Antunes (2019), a formação inicial ainda apresenta lacunas em relação ao atendimento educacional especializado, o que demanda investimentos em políticas de formação continuada com ênfase em práticas inclusivas.

O apoio de equipes multiprofissionais também se revela indispensável. O trabalho colaborativo entre educadores, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) permite o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes e individualizadas. Segundo Rocha e Lima (2020), a articulação entre escola e serviços de apoio é um dos fatores que mais impactam positivamente na inclusão de alunos com deficiência intelectual.

Outro aspecto relevante é a atuação da família. A parceria entre escola e família é essencial para a construção de uma trajetória escolar exitosa. Pais e responsáveis devem ser orientados e acolhidos, de modo que se tornem aliados no processo educativo. Conforme observam Alves e Monteiro (2022), a escuta da família permite conhecer melhor as singularidades da criança, bem como respeitar seus ritmos e modos próprios de ser e aprender.

Por fim, é preciso destacar que a Educação Infantil inclusiva só se concretiza quando há uma mudança de paradigma: sair da lógica da normalização para a valorização da diversidade. Isso implica revisar currículos, metodologias e formas de avaliação, bem como criar espaços que reconheçam e celebrem as diferenças. Como concluem Cruz e Barreto (2023), a inclusão de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil é um compromisso coletivo que exige coragem, conhecimento e

sensibilidade.

## DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EDUCADORES

A inclusão de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil impõe uma série de desafios ao trabalho docente, exigindo não apenas preparo técnico, mas também posturas pedagógicas e éticas comprometidas com os princípios da equidade, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade humana. Embora a legislação brasileira reforce o direito à educação inclusiva, a realidade das escolas demonstra que muitos educadores ainda enfrentam grandes dificuldades para garantir o acesso e, sobretudo, a participação efetiva dessas crianças no processo de aprendizagem.

Um dos principais desafios identificados na literatura é a formação inicial deficiente dos professores para atuar com alunos com deficiência. Muitos cursos de licenciatura não abordam, de forma sistemática e prática, o ensino na perspectiva inclusiva. Como apontam Santos e Rezende (2021), os professores chegam às salas de aula com pouca ou nenhuma preparação para lidar com a complexidade das necessidades educacionais específicas, o que gera insegurança, frustração e resistência.

Além da formação inicial, a formação continuada também se mostra insuficiente. As formações oferecidas pelos sistemas de ensino, muitas vezes, são pontuais, teóricas e desvinculadas da realidade cotidiana da escola. Para que os professores consigam construir práticas pedagógicas inclusivas, é necessário investir em processos formativos contínuos, colaborativos e contextualizados, conforme defendem Oliveira e Costa (2020). Eles ressaltam a importância de formações que promovam a reflexão crítica da prática, a troca de experiências entre os pares e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas diversificadas.

Outro obstáculo recorrente é a falta de apoio pedagógico e institucional. Muitos professores se sentem sozinhos diante do desafio de incluir alunos com deficiência intelectual, principalmente quando não contam com o suporte de uma equipe multidisciplinar, como psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com Ferreira e Nunes (2022), a ausência desse suporte contribui para a sobrecarga dos professores e compromete a qualidade do atendimento às crianças.

A estrutura das escolas também é um fator limitante. Muitas instituições de Educação Infantil não possuem espaços físicos adequados, materiais pedagógicos acessíveis, nem recursos tecnológicos que facilitem a mediação das aprendizagens. Além disso, o número elevado de alunos por turma dificulta o atendimento individualizado e impede que o professor dedique atenção necessária às crianças com deficiência. Melo e Araújo (2019) destacam que a precariedade das condições de trabalho é um dos principais fatores que desestimulam os professores a adotarem práticas inclusivas.

Do ponto de vista pedagógico, os professores enfrentam o desafio de adaptar o currículo e as atividades para que as crianças com deficiência intelectual possam participarativamente das experiências escolares. Isso exige conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, sobre as especificidades da deficiência, e domínio de estratégias pedagógicas alternativas. No entanto, como relatam Vieira e Santos (2023), ainda há grande dificuldade dos docentes em flexibilizar suas práticas, o que pode levar à exclusão velada desses alunos.

A resistência atitudinal também é um desafio importante. Alguns educadores, por falta de conhecimento ou por preconceitos internalizados, ainda acreditam que as crianças com deficiência intelectual não são capazes de acompanhar as atividades escolares e, por isso, acabam reduzindo suas expectativas e subutilizando o potencial dessas crianças. Tal postura, além de comprometer o processo de aprendizagem, reforça estigmas e promove a segregação. Carvalho e Lima (2020) alertam que a mudança de atitudes docentes é um elemento-chave para a efetivação da inclusão.

Por fim, destaca-se a necessidade de uma gestão escolar comprometida com a inclusão. Quando a equipe gestora não valoriza a diversidade ou não fornece as condições mínimas para o trabalho docente, os professores tendem a se sentir desvalorizados e desamparados. A inclusão requer um esforço coletivo que envolva todos os atores da escola – não apenas o professor da sala de aula. Conforme afirmam Silva e Gomes (2021), o compromisso institucional é essencial para a superação dos obstáculos enfrentados pelos docentes.

Em síntese, os desafios enfrentados pelos educadores na inclusão de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil são diversos e interligados. Superá-los exige uma atuação articulada entre políticas públicas, formação docente, apoio pedagógico, estrutura física adequada, materiais acessíveis e, acima de tudo, um olhar sensível e acolhedor que reconheça cada criança como sujeito de direitos e de possibilidades.

## **POSSIBILIDADES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA**

Apesar dos desafios enfrentados pelos educadores no processo de inclusão de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil, existem diversas possibilidades e estratégias pedagógicas que podem ser implementadas para tornar o ambiente escolar mais acessível, acolhedor e efetivamente inclusivo. Essas possibilidades estão atreladas a uma mudança de postura, à valorização da diversidade como elemento constitutivo do ambiente educativo e ao compromisso ético com o direito à educação para todos.

A primeira possibilidade está relacionada à reestruturação do planejamento pedagógico, de modo que ele conte com a flexibilização curricular, a diversificação das atividades e a valorização dos diferentes modos de aprender. Segundo Nascimento e Barreto (2020), um planejamento inclusivo não se limita à adaptação de conteúdos, mas exige a construção de propostas pedagógicas que partam do

interesse das crianças, respeitem seu ritmo de aprendizagem e ofereçam múltiplas formas de participação.

A metodologia ativa e lúdica, especialmente na Educação Infantil, tem se mostrado uma estratégia eficaz para o envolvimento de crianças com deficiência intelectual. Através de jogos, brincadeiras, contação de histórias, exploração sensorial e artes visuais, é possível promover a aprendizagem de maneira significativa e prazerosa. Para Tavares e Almeida (2021), essas metodologias contribuem para o desenvolvimento da linguagem, da coordenação motora, da autonomia e das interações sociais, aspectos fundamentais para o processo de inclusão.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos professores, voltada para a prática reflexiva, o estudo de casos e o compartilhamento de experiências. A formação precisa ser contextualizada, construída coletivamente e focada em situações reais vividas pelos educadores. Lima e Oliveira (2019) destacam que o professor que tem acesso a espaços formativos colaborativos consegue ampliar sua compreensão sobre as necessidades dos alunos e, assim, aprimorar suas intervenções pedagógicas.

O uso de materiais pedagógicos acessíveis também é uma possibilidade importante. Livros com recursos visuais, jogos adaptados, objetos tátteis e tecnologias assistivas são ferramentas que favorecem a participação das crianças e ampliam suas possibilidades de expressão e aprendizagem. Ferreira e Souza (2022) observam que a presença de recursos variados enriquece o ambiente educacional e permite a mediação entre o conhecimento e a vivência de cada aluno.

A construção de uma prática pedagógica inclusiva também passa pela parceria com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A atuação conjunta entre professores regentes e profissionais do AEE permite a elaboração de estratégias mais personalizadas, além do acompanhamento mais próximo das necessidades específicas de cada criança. Conforme apontam Macedo e Cruz (2023), o trabalho colaborativo favorece a inclusão efetiva, pois possibilita ações planejadas, integradas e coerentes com o projeto pedagógico da instituição.

Outro fator determinante é o envolvimento da família. Estabelecer uma relação de diálogo, confiança e cooperação com os pais ou responsáveis permite que a escola conheça melhor a trajetória da criança e adeque suas práticas às particularidades apresentadas. Rocha e Martins (2021) destacam que quando as famílias se sentem parte do processo educativo, há maior adesão às propostas pedagógicas e uma ampliação da rede de apoio à criança.

No campo das atitudes, a postura empática, acolhedora e ética do educador é uma possibilidade concreta de transformação da prática. Isso implica reconhecer a criança com deficiência como sujeito de direitos e protagonista do seu processo educativo. Para Campos e Ribeiro (2020), o professor precisa cultivar uma escuta sensível, aberta ao diálogo, disposta a aprender com a criança e a rever suas próprias crenças e práticas.

Além disso, a escola pode investir na organização do ambiente físico e social, de modo que ele promova autonomia e interação. Espaços organizados, com sinalizações visuais, áreas de descanso, cantinhos sensoriais e liberdade de movimentação favorecem a vivência plena das crianças na rotina escolar. Almeida e Gomes (2022) reforçam que ambientes acessíveis e estimulantes contribuem para o desenvolvimento da identidade, da autoconfiança e da criatividade infantil.

Por fim, é preciso compreender que a construção de uma prática pedagógica inclusiva é um processo contínuo, coletivo e que envolve toda a comunidade escolar. A inclusão não se dá de forma isolada ou espontânea, mas por meio de ações intencionais, planejadas e comprometidas com a justiça social. Como afirmam Borges e Lima (2023), a escola inclusiva é aquela que reconhece e celebra a diversidade, promovendo aprendizagens significativas para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual na Educação Infantil representa não apenas um compromisso legal, mas um imperativo ético e pedagógico que demanda ações concretas e intencionais por parte dos educadores e das instituições escolares. Ao longo deste artigo, discutiram-se os principais desafios enfrentados pelos professores, como a falta de formação específica, a ausência de apoio pedagógico, a estrutura física inadequada e as resistências atitudinais que ainda persistem no cotidiano escolar.

No entanto, também foi possível evidenciar que existem caminhos possíveis para tornar a prática pedagógica mais inclusiva. A reformulação do planejamento, o uso de metodologias lúdicas, o fortalecimento da formação continuada, o apoio do Atendimento Educacional Especializado e o envolvimento da família se destacam como estratégias eficazes para garantir o direito à educação com qualidade para todas as crianças, especialmente aquelas com deficiência intelectual.

É fundamental reconhecer que a Educação Infantil é um espaço privilegiado para a construção de valores, atitudes e experiências que moldarão a trajetória das crianças ao longo da vida escolar. Assim, promover a inclusão desde essa etapa significa lançar as bases para uma escola democrática, diversa e comprometida com a equidade.

Por fim, destaca-se que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva não é tarefa individual, mas sim coletiva. Requer vontade política, investimento em políticas públicas, apoio institucional e, sobretudo, sensibilidade humana por parte de todos os envolvidos no processo educativo. A superação dos desafios passa, necessariamente, pela valorização das possibilidades, pela escuta atenta das crianças e pela convicção de que toda criança é capaz de aprender quando encontra um ambiente que respeita suas necessidades e potencialidades.

## **REFERÊNCIAS**

- ALMEIDA, L. C.; GOMES, S. P. Ambientes inclusivos na Educação Infantil: contribuições para a autonomia e o desenvolvimento. *Revista Educação em Foco*, v. 33, n. 2, p. 77–92, 2022.
- BORGES, M. A.; LIMA, V. C. **Práticas pedagógicas inclusivas na primeira infância: um compromisso com a equidade.** *Educação & Sociedade*, v. 44, p. 1–18, 2023.
- CAMPOS, T. A.; RIBEIRO, F. J. **Escuta sensível e práticas inclusivas na Educação Infantil.** *Revista Pedagógica*, v. 21, n. 40, p. 98–115, 2020.
- CARVALHO, L. M.; LIMA, D. S. **Atitudes docentes frente à inclusão de crianças com deficiência intelectual.** *Revista Educação Inclusiva*, v. 8, n. 1, p. 65–82, 2020.
- CRUZ, M. F.; BARRETO, A. G. **Educação Infantil e inclusão: reflexões sobre a prática pedagógica na diversidade.** *Educar em Revista*, v. 39, p. 1– 17, 2023.
- FERREIRA, D. S.; COSTA, T. V. **Escuta sensível na educação infantil inclusiva: caminhos para a aprendizagem significativa.** *Cadernos de Educação*, v. 32, n. 1, p. 102–120, 2023.
- FERREIRA, M. R.; NUNES, T. L. **Desafios da prática docente na educação infantil inclusiva.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 28, n. 3, p. 311– 329, 2022.
- FERREIRA, D. S.; SOUZA, R. T. **Recursos didáticos acessíveis na Educação Infantil: possibilidades de inclusão.** *Cadernos Cedes*, v. 42, n. 118, p. 109–126, 2022.
- LIMA, R. T.; OLIVEIRA, C. M. **Formação docente e educação inclusiva: reflexões a partir da prática.** *Revista Diálogo Educacional*, v. 19, n. 61, p. 345–362, 2019.
- MACEDO, A. S.; CRUZ, E. R. **O trabalho colaborativo entre o professor regente e o AEE na Educação Infantil.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, p. 203–221, 2023.
- MARQUES, F. B.; SIQUEIRA, C. L. **Formação docente e inclusão na educação infantil: um estudo em instituições públicas.** *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 10, n. 2, p. 130–148, 2021.
- MELO, R. S.; ARAÚJO, A. F. **As condições de trabalho do professor na inclusão escolar.** *Cadernos Cedes*, v. 39, n. 109, p. 122–137, 2019.
- NASCIMENTO, A. L.; BARRETO, L. S. **Planejamento inclusivo na Educação Infantil: caminhos para uma prática transformadora.** *Revista Educação Inclusiva*, v. 7, n. 2, p. 144–160, 2020.
- OLIVEIRA, S. P.; COSTA, R. M. **Formação continuada e práticas pedagógicas inclusivas: um estudo de caso.** *Revista Retratos da Escola*, v. 14, n. 27, p. 145–160, 2020.

PEREIRA, J. C.; GOMES, A. R. **A identificação precoce da deficiência intelectual: desafios na prática pedagógica.** *Revista Psicopedagogia*, v. 37, n. 112, p. 89–104, 2020.

ROCHA, E. S.; MARTINS, B. R. **A participação da família no processo de inclusão escolar.** *Revista Retratos da Escola*, v. 15, n. 30, p. 213–229, 2021.

ROCHA, S. M.; LIMA, J. A. **Equipe multidisciplinar e práticas inclusivas na educação infantil.** *Revista Educação Especial em Foco*, v. 11, p. 79–93, 2020.

SANTOS, G. F.; REZENDE, A. L. **Formação docente e inclusão escolar: percepções de professores da educação infantil.** *Educação em Revista*, v. 37, p. 1–20, 2021.

SILVA, A. P.; GOMES, B. L. **Gestão escolar e inclusão: o papel do gestor na construção de uma escola para todos.** *Revista Eletrônica de Educação Especial*, v. 27, p. 89–104, 2021.

TAVARES, M. F.; ALMEIDA, D. L. **Metodologias lúdicas e inclusão: contribuições para o desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual.** *Revista Educação Especial em Foco*, v. 10, p. 88–103, 2021.